



NECAT

Núcleo de Estudos de Economia Catarinense


TEXTO PARA DISCUSSÃO

005/2013

A socioeconomia da mesorregião da Grande Florianópolis durante o intervalo censitário de 2000 a 2010.¹

Arland Costa
Ellen Berezoschi
Isabela Ribeiro
Josué Lima
Maicon da Silva
Tomás Barcellos

¹ Trabalho apresentado na disciplina de Economia Catarinense, do curso de graduação em Ciências Econômicas da UFSC, lecionado pelo prof. Lauro Mattei, no primeiro semestre de 2013.



A SOCIOECONOMIA DA MESORREGIÃO DA GRANDE FLORIANÓPOLIS DURANTE O INTERVALO CENSITÁRIO DE 2000 A 2010

Arland Costa; Ellen Berezoschi; Isabela Ribeiro; Josué
Lima; Maicon da Silva; Tomás Barcellos.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho busca analisar as alterações no panorama regional da Mesorregião da Grande Florianópolis ocorridas no último intervalo intercensitário (2000-2010). Para tanto, nossa análise estará estruturada sob três aspectos da socioeconomia regional, a saber: os aspectos demográficos, os econômicos, e os sociais.

De igual maneira, serão analisados os níveis mesorregional, com objetivo de compreender a Grande Florianópolis no agregado, e microrregional, percebendo-se assim de forma mais eficiente as disparidades entre as microrregiões que a compõem: Florianópolis, Tijucas e Tabuleiro.

Quando no texto não se mencionar a fonte dos dados, deve-se subentender que foram extraídos da base de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

2. COMPOSIÇÃO REGIONAL

A mesorregião da Grande Florianópolis se situa na região litoral central do estado de Santa Catarina e conta, segundo o censo de 2010, com uma população de 994.095 habitantes vivendo em uma área de 7.156,6 km².



Figura 1: Grande Florianópolis – Composição regional. Fonte: Wikipedia, 2012

Os vinte e um municípios que compõem a Grande Florianópolis estão divididos em três microrregiões: Tijucas, Florianópolis e Tabuleiro.

A microrregião de Tijucas é composta por sete municípios (Angelina, Canelinha, Leoberto Leal, Major Gercino, Nova Trento, São João Batista e Tijucas) e se situa ao norte da mesorregião, tornando-se microrregião limítrofe com a mesorregião do Vale do Itajaí. Vivem na microrregião de Tijucas 91.909 habitantes numa área de 2.127,692 km²

A microrregião de Florianópolis é a maior desta mesorregião, com uma área de 2.488,592 km², onde vivem 878.852 habitantes, distribuídos em nove municípios (Antônio Carlos, Biguaçu, Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, Paulo Lopes, Santo Amaro da Imperatriz, São José e São Pedro de Alcântara).

Por fim, a microrregião do Tabuleiro é composta pelos municípios de Alfredo Wagner, Águas Mornas, Anitápolis, Rancho Queimado e São Bonifácio. Conta com 23.926 habitantes distribuídos em 2.383,147 km².

3. ASPECTOS DEMOGRÁFICOS DA GRANDE FLORIANÓPOLIS

Composta por 21 municípios, a Mesorregião da Grande Florianópolis possuía em 2010 uma população de 994.095 habitantes, segundo dados do Censo Demográfico do IBGE. Isto representa uma proporção de 15,91% da população do estado de Santa Catarina. O valor é maior que o registrado no censo de 2000 (14,99%), mas a região continua representando menos da população catarinense que outras, tais como o Vale do Itajaí (24,15%), o Norte Catarinense (19,41%), e mesmo a mesorregião Oeste Catarinense (19,22%).

Essa característica já era levantada por estudos de 2000, em que se afirmava que a Grande Florianópolis possuía em 1996 uma população de “668.561 habitantes, representando 13,71% da população catarinense. Uma concentração populacional bem inferior à das mesorregiões do Vale do Itajaí e do norte-catarinense.” (IPARDES-UNICAMP/IE/NESUR, 2000, p. 141). Contudo, a novidade dos dados de 2010 está no fato de a região ter ultrapassado o Sul Catarinense em porcentagem da população do estado (15,91% contra 14,80%).

Apesar de não ser a mesorregião mais populosa de Santa Catarina, dada sua área de 7.465,69 Km², a Grande Florianópolis é a que possui a maior densidade demográfica, com uma taxa média de 135,58 hab./Km² em 2010. Um aumento expressivo de 26,21% em relação aos dados de 2000, quando era de 107,43 hab./Km². Esta característica

também já se apresentava anteriormente, como em 1996, quando: “Sua densidade demográfica é de 95,81 habitantes por quilômetro quadrado, a mais elevada do estado” (IPARDES-UNICAMP/IE/NESUR, 2000, p. 141).

A alta densidade demográfica verificada na Grande Florianópolis é acompanhada da mais elevada taxa de urbanização de Santa Catarina, desde 1970². Em 2010 92,13% da população residente vivia em domicílios em áreas urbanas. Em 2000, este valor era de 90,33%, e em 1996, 84, 69%.

A Mesorregião da Grande Florianópolis, portanto, vem apresentando nas últimas décadas, grande incremento populacional, tanto em termos absolutos quanto relativos, aumento de sua densidade demográfica, e forte urbanização. Muito dessas transformações é dado pelo fenômeno demográfico conhecido pelos estudiosos como litoralização da população catarinense.

3.1 O processo de litoralização catarinense e a Grande Florianópolis

O processo de litoralização catarinense se consiste em movimento verificado nas últimas décadas caracterizado por forte incremento populacional das mesorregiões Grande Florianópolis, Vale do Itajaí e Norte Catarinense, sobretudo em suas faixas litorâneas. Isto se dá em detrimento de uma diminuição relativa da população das demais mesorregiões do estado (Serrana, Oeste Catarinense, e em menor medida, Sul Catarinense).

“O resultado desse processo concentrador foi não só a litoralização do estado em um período que o país se interiorizava, mas também a formação de aglomerados urbanos, com áreas adensadas e contíguas de ocupação” (MIOTTO, 2011, p. 101). Na Grande Florianópolis isto se refletirá no aumento da densidade demográfica e da taxa de urbanização, como visto no item anterior, além de uma maior representação de Florianópolis na população estadual como pode ser acompanhado no gráfico 1.

² IPARDES-UNICAMP/IE/NESUR, Características e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais: Sul. Brasília, 2000.

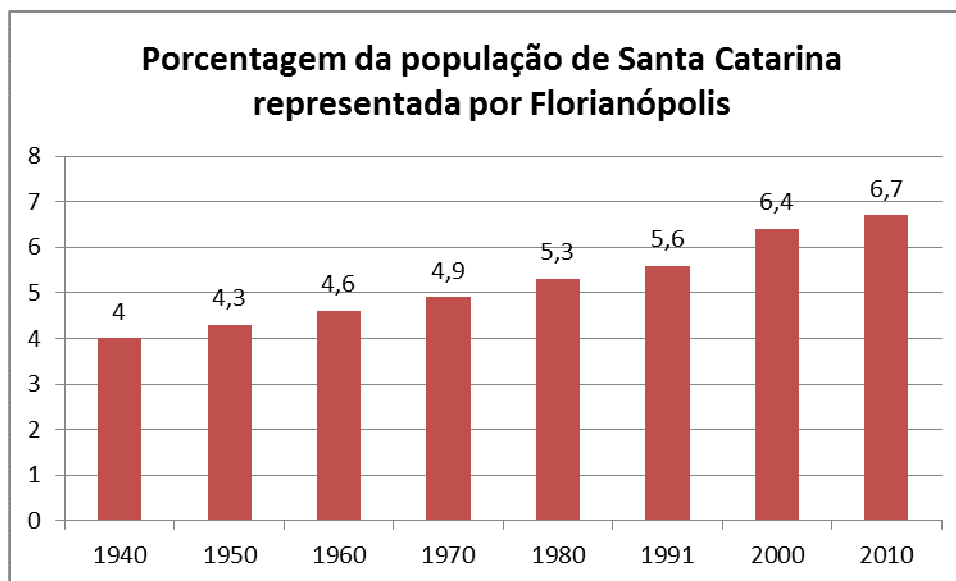


Gráfico 1 – Porcentagem da população de Santa Catarina representada por Florianópolis

Fonte: Dados do IBGE. Elaboração própria.

Boa parte dessa concentração da população catarinense no litoral é explicada pelo aumento do número de imigrantes instalados nessa região. Mas “mesmo que Santa Catarina tenha se tornado, no final do século passado, receptor líquido de migrantes em relação a outras regiões do país, a migração interna passou a ser elemento fundamental na dinâmica demográfica” (MIOTTO, 2013, p. 38). Isto é confirmado pelos dados do IBGE sobre migração. De um total de 602.692 imigrantes vivendo em Santa Catarina em 2000, somente 207.445 tinham vindo de outro estado; o restante era proveniente de outros municípios catarinenses. Em 2010, essa característica se confirma mais uma vez, sendo 736.702 o total de imigrantes, e 346.427 oriundos de outros estados³.

Em meio a esse contexto, a Grande Florianópolis ocupa posição de destaque no recebimento de migrantes, sendo em 2010 a segunda mesorregião do estado em número de imigrantes, tanto de outros municípios, quanto de outros estados⁴. Já as regiões oeste e serrana são as que apresentam maior perda populacional (MIOTO; LINS; MATTEI, 2010).

A região oeste foi a que mais perdeu população em termos absolutos. “Em grande parte, essa forte evasão está ligada à falta de perspectiva dos habitantes,

³ Vale dizer que a metodologia adotada pelo IBGE para classificar um indivíduo como migrante é perguntar se o mesmo vivia no município de residência há cinco anos. Caso a resposta seja negativa, o mesmo é contabilizado como migrante.

⁴ Foram 144.307 imigrantes provenientes de outros municípios. Desses, 74.435 de outros estados. O número deixa a Grande Florianópolis atrás apenas do Vale do Itajaí, dentre as mesorregiões catarinenses.

principalmente daqueles envolvidos com as pequenas propriedades agrícolas familiares” (MIOTO; LINS; MATTEI, 2010, p. 304). Essa situação se agrava durante os anos de reestruturação produtiva da economia brasileira na década de 1990, quando:

Com a sobrevalorização cambial e a facilidade de entrada de capital externo para adquirir ativos nacionais, o complexo agroindustrial catarinense passou por uma reestruturação patrimonial em favor de multinacionais. Associado a esta desnacionalização, assistimos nos anos 1990 a uma redução no número de suinocultores e uma readaptação dos avicultores. (GOULART FILHO, 2007, p. 332)

Já a região serrana foi a responsável pela maior perda relativa de população. Mioto, Lins e Mattei (2010) consideram que nessa região predominaram os fatores de expulsão ligados à estagnação da economia. Para os autores, “Trata-se da região com o maior nível de concentração de terras do estado e com uma economia em declínio há várias décadas, especialmente após o fim do ciclo madeireiro” (MIOTO; LINS; MATTEI, 2010, p. 308).

Este intenso processo de litoralização em Santa Catarina traz sérias consequências para o desenvolvimento socioeconômico, não só do estado como também da mesorregião da Grande Florianópolis, afetada pelo intenso fluxo migratório.

A concentração engendrada por esses movimentos – que tem respaldo também nos principais indicadores econômicos – é resultado do aprofundamento das desigualdades intraregionais no estado, tendo como correspondência o aumento das desigualdades intraurbanas, oriundas do padrão de crescimento das principais cidades (ocupação ilegal, favelização, violência, condições precárias de habitação e mobilidade urbana, segregação sócioespacial, etc.). (MIOTTO, 2013)

4. DINÂMICAS INTRA-REGIONAIS

A Mesorregião da Grande Florianópolis se subdivide em três microrregiões: Florianópolis, Tijucas e Tabuleiro. Cada uma, como se verá mais adiante, obedece a dinâmicas diferentes, o que dá um caráter extremamente complexo à mesorregião.

A microrregião de Florianópolis é a mais populosa, maior em termos geográficos⁵ e a composta por mais municípios: Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, São Pedro de Alcântara, Governador Celso Ramos, Antônio Carlos e Paulo Lopes.

Composta por sete municípios da região Noroeste da Grande Florianópolis, a microrregião de Tijucas é a menor das três em área, mas a segunda mais populosa⁶ e com mais municípios: Tijucas, Canelinha, São João Batista, Nova Trento, Angelina, Leoberto Leal e Major Gercino.

A menos populosa das três regiões⁷, e que possui menos municípios, é a microrregião do Tabuleiro, que ocupa a porção sudoeste da Mesorregião da Grande Florianópolis, e é composta pelos municípios de: Águas Mornas, Alfredo Wagner, Anitápolis, Rancho Queimado e São Bonifácio.

4.1 Metropolização da Microrregião de Florianópolis

O grau de centralidade gerado pelas funções exercidas por Florianópolis, capital político-administrativa do estado, na microrregião de mesmo nome, a torna extremamente peculiar se comparada às demais microrregiões tanto da Grande Florianópolis, quanto do estado.

Estudo de 2000 já considera que:

Seu nível de centralidade [de Florianópolis] é muito forte e sua estrutura ocupacional confirma uma seletiva qualitativa dos serviços financeiros e técnicos especializados, já que ocorrem em maior proporção que em Joinville e Blumenau. Essas peculiaridades fazem de Florianópolis um pólo com tendências metropolitanas, distinguindo-se das demais aglomerações urbanas catarinenses. (IPARDES-UNICAMP/IE/NESUR, 2000, p. 141)

A dimensão de Florianópolis como segundo contingente populacional do estado, superado apenas por Joinville, o que representava em 2010 42,37% da população da

⁵ A microrregião de Florianópolis possuía em 2010, segundo o IBGE, 878.852 habitantes vivendo numa área de 2.488,592 Km².

⁶ A microrregião de Tijucas possuía em 2010, segundo o IBGE, 91.909 habitantes vivendo numa área de 2.127,692 Km².

⁷ A microrregião do Tabuleiro possuía em 2010, segundo o IBGE, 23.926 habitantes vivendo numa área de 2.383,147 Km².

mesorregião da Grande Florianópolis, aliado à grande centralidade de serviços⁸, tornam Florianópolis o grande eixo de articulação dos municípios da região.

Sofrendo as limitações de sua geografia⁹, a ocupação da região avança por áreas inadequadas, e se adensa cada vez mais em direção ao continente, “extravasando-se sobre municípios vizinhos. Constitui, assim, uma densa ocupação com contiguidade de mancha urbana, englobando Palhoça, São José – municípios urbanos de média dimensão -, Biguaçu e, em seu vetor de expansão, Tijucas, ambos urbanos com pequena dimensão” (IPARDES-UNICAMP/IE/NESUR, 2000, p. 141).

O processo de metropolização desse eixo torna Florianópolis a microrregião mais urbanizada do estado, com 95,5% de sua população vivendo em áreas urbanas em 2010. São José e Palhoça, os dois maiores municípios da região depois de Florianópolis, e que estão entre os onze maiores municípios do estado, em termos populacionais, apresentam índices maiores ainda ao da região, com 98,81% e 98,53% respectivamente, valores inclusive superiores ao da capital, de 96,21% da população vivendo em áreas urbanas.

A grande concentração populacional e a alta taxa de urbanização tornam Florianópolis a microrregião com a maior densidade demográfica de toda a mesorregião: 305,70 hab./Km², superando em 23,88% o valor registrado pelo Censo Demográfico de 2000. Essa densidade demográfica é superior ainda, à registrada pela Mesorregião da Grande Florianópolis, de 135,58 hab./Km².

No conjunto dos seus municípios, quatro se destacam pelas altas densidades demográficas, superiores inclusive à da Mesorregião. Todos tiveram suas densidades aumentadas fortemente no último intervalo censitário, de dez anos, como pode ser observado na tabela abaixo:

Unidade Territorial	2000	2010	Taxa de Crescimento
São José	1.146,24	1.388,17	21,11%
Florianópolis	508,92	627,24	23,25%
Palhoça	259,93	347,68	33,76%
Biguaçu	128,21	155,44	21,24%
Microrregião de Florianópolis	246,76	305,70	23,89%
Mesorregião da Grande Florianópolis	107,43	135,58	26,20%

Tabela 1 – Densidades demográficas. Fonte: Dados do IBGE. Elaboração própria.

⁸ A título de exemplo, em 2010 44,67% dos estabelecimentos de saúde da Mesorregião se encontram instalados na capital do estado.

⁹ Florianópolis é em sua maior parte uma Ilha, com boa parte de seu território composta por áreas que teoricamente deveriam ser preservadas ambientalmente.

O atual processo de metropolização do entorno de Florianópolis provavelmente está muito relacionado ao fenômeno de litoralização, tratado anteriormente neste artigo. Se no contexto estadual, a Mesorregião da Grande Florianópolis é em 2010, tanto em termos interestaduais quanto intermunicipais, a segunda em recebimento de migrantes, Florianópolis é a principal receptora de migrantes dentre todas as microrregiões catarinenses, com 66.064 migrantes interestaduais e 128.440 intermunicipais.

Sobre isto, Miotto, Lins e Mattei (2010) afirmaria que:

É perceptível a concentração dos saldos migratórios positivos nos municípios da região que seguem uma faixa contígua a partir da capital, Florianópolis, São José, Palhoça, Biguaçu e Santo Amaro da Imperatriz [o eixo de metropolização]. [...] Esses municípios constituem a área periférica da capital do estado, sendo as migrações pendulares um interessante tema de pesquisas futuras, tendo em vista que muitas pessoas que exercem atividades na capital residem nesses municípios. (Miotto, et. ali., 2010, p. 312)

O alto desenvolvimento do setor de serviços na região talvez seja um importante fator de atração à migração. Em 2010, 72,72% do PIB de Florianópolis era representado pelo setor de serviços. Essa proporção era de 68,96% em São José, e 67,57% em Palhoça. Dado o baixo nível de formação em geral exigido pelo setor de serviços, sobretudo de comércio, e o fato de grande parte da população migrante ser proveniente das regiões rurais do oeste e serra catarinenses, é factível entender que parte dessa população é atraída pelas possibilidades de trabalho no setor de serviços da região, sobretudo Florianópolis, e de moradia nos municípios do entorno.

Esse aspecto condiz com as características gerais da formação da rede urbana brasileira, que alia, historicamente, concentração espacial da população e periferização no entorno dos grandes centros urbanos. A especulação fundiária e a própria ação do Estado tendem a fazer com que áreas cada vez mais distantes sejam ocupadas, geralmente sem oferta de infraestrutura e de serviços públicos capazes de atender dignamente a população dessas localidades. (MIOTTO; LINS; MATTEI, 2010, p. 313)

4.2 Disparidades intra-regionais

Se em termos inter-regionais, a Mesorregião da Grande Florianópolis parece ser um mundo-maravilha, em termos intra-regionais a situação é mais complexa. A grande centralidade exercida por Florianópolis, o processo de metropolização do seu entorno e

o fenômeno de litoralização da população catarinense têm feito aumentar as disparidades intra-regionais.

As diferenças presentes desde o começo do povoamento da região centrado, sobretudo, no litoral, em detrimento do interior, têm aumentado nos últimos anos com os processos de metropolização do entorno de Florianópolis e litoralização de Santa Catarina.

Enquanto a população da microrregião de Florianópolis cresceu a uma taxa altíssima de 23,89% entre 2000 e 2010, e responde por 88,35% da população da Mesorregião, a microrregião do Tabuleiro cresceu a uma taxa pífia de 2,72%, inclusive diminuindo sua representatividade da população na Mesorregião de 2,90% para apenas 2,41%. Alguns municípios, como os de São Bonifácio e Anitápolis chegaram a ter suas populações diminuídas (-6,53% e -0,50% respectivamente).

Tabuleiro é também a microrregião de Santa Catarina que recebeu menor número de migrantes, tanto inter-estaduais quanto inter-municipais¹⁰. Na verdade, Miotto et. ali. (2010) aponta inclusive que os Saldos Migratórios para 2007 dos municípios de Águas Mornas, Anitápolis e São Bonifácio, todos pertencentes à microrregião, foram negativos, o que significa que houve maior êxodo populacional do que incremento devido a migrações. Esse cenário contrasta fortemente com o visto anteriormente para a microrregião de Florianópolis.

O estudo de 2000 já apontava para este cenário para a região, e suas possíveis causas:

É surpreendente que municípios localizados muito proximamente a essa aglomeração venham apresentando taxas negativas de crescimento da população total e alguns até mesmo da população urbana. Esse comportamento pode ser explicado pela dependência de uma atividade agrícola que, embora fundamental para o município – com a maior parte da população ocupada em atividades do setor primário –, representa uma contribuição mínima para a produção estadual (IPARDES-UNICAMP/IE/NESUR, 2000, p. 141).

Os dados mais recentes confirmam essas características de Tabuleiro. Das três microrregiões que compõe a Grande Florianópolis, esta é de longe a com menor densidade demográfica, sendo em 2010 de 10,19 Hab./Km². É também a possuidora da

¹⁰ A microrregião do Tabuleiro possuía em 2010 apenas 388 habitantes que não viviam em Santa Catarina em 2005, e 1.683 que não residiam no município atual de domicílio.

menor taxa de urbanização de todo o estado, com apenas 35,46% de sua população residindo em áreas urbanas.

O cenário é complexo também em se tratando da microrregião de Tijucas. Se na microrregião de Florianópolis os fatores de atração populacional parecem ser preponderantes, e na microrregião do Tabuleiro o oposto se verifica, com diminuição relativa da população, na microrregião de Tijucas ambos os fatores parecem agir.

Em sua totalidade, a Microrregião de Tijucas foi a que teve maior crescimento populacional entre 2000 e 2010, a uma taxa de 31,66%; e também a que mais aumentou sua densidade demográfica, chegando a 43,18 Hab./Km², e possui uma taxa de urbanização média, com 74,64% da sua população vivendo em áreas urbanas. Contudo, ao se analisar município por município que compõe a microrregião, se percebe as desigualdades mascaradas pelos dados macro.

Ao lado de Tijucas e São João Batista, com 83,99% e 89,68% de suas populações, respectivamente, vivendo em áreas urbanas, estão municípios como Angelina, e Leoberto Leal, com somente 21,39% e 24,37%. Os contrastes se repetem em termos densidade demográfica, com 111,69 Hab./Km² e 118,97 Hab./Km² em Tijucas e São João Batista, contra 10,50 Hab./Km² em Angelina, 11,56 Hab./Km² em Leoberto Leal e 11,48 Hab./Km em Major Gercino.

Mas os dados mais alarmantes em termos de desigualdades intra-regional, são os referentes ao crescimento populacional. É na microrregião de Tijucas onde estão localizados dois dos municípios da Grande Florianópolis que tiveram maior crescimento populacional entre 2000 e 2010: São João Batista e Tijucas, com 76,74% e 32,13% de aumento populacional. Em contrapartida, os municípios que tiveram pior desempenho também são da Microrregião de Tijucas: Leoberto Leal com crescimento de -10,05% de sua população, Angelina, com -9,04%, e Major Gercino com crescimento positivo de somente 4,33%.

Os diferentes perfis econômicos dos municípios da microrregião, com a agricultura predominando em Angelina, Leoberto Leal, Major Gercino, e a indústria em Tijucas (cerâmica), São João Batista (calçados) e em menor medida Canelinha (cerâmica) e Nova Trento (vinho); assim como a posição estratégica de Tijucas, São João Batista e Canelinha, entre a Grande Florianópolis e o Vale do Itajaí, as duas mesorregiões com maior recebimento de migrantes, talvez sejam possíveis causas responsáveis pelos movimentos populacionais atuais.

Enquanto na microrregião do Tabuleiro a falta de um polo centralizador e articulador da economia e a grande dependência de um setor agrícola inexpressivo em termos estaduais, agem como fatores de expulsão da população, que em grande parte migra em direção ao eixo metropolitano de Florianópolis, na microrregião de Tijucas, São João Batista e o município de Tijucas agem como um polo centralizador, ainda que em menor medida que Florianópolis. Isto torna a região peculiar, de maneira que os municípios maiores, incapazes de espraiar o desenvolvimento para a microrregião, agem como ponto de atração para a população dos municípios menores que migra em direção aos primeiros. Nesse sentido, a região parece estar numa posição intermediária entre o que ocorre em Florianópolis, com o processo populacional atual de Tabuleiro.

Este cenário demográfico complexo indica que o crescimento populacional da microrregião de Florianópolis não é apenas fruto do deslocamento de contingentes do interior de Santa Catarina e de indivíduos de outros estados, mas também de municípios da própria Mesorregião da Grande Florianópolis.

O rápido processo de metropolização da microrregião de Florianópolis, e suas consequências para o desenvolvimento (periferização, invasão de áreas impróprias para construção civil, aumento da violência e carência social), assim como o esvaziamento das regiões de interior (Tabuleiro, e alguns municípios de Tijucas), tornam a situação da Grande Florianópolis preocupante, de tal maneira que políticas públicas adequadas se fazem necessárias para frear o aumento das desigualdades sociais na região.

5. ATIVIDADES ECONOMICAS

A Região da Grande Florianópolis se destaca pela alta concentração das atividades econômicas no setor terciário, ou seja, serviços gerais, escritórios e comércio. Por Florianópolis ser capital de Estado e abrigar a Universidade Federal de Santa Catarina, pode-se dizer que o setor público também é bastante relevante na Economia local. Nos meses de verão também se destaca o setor de turismo, o qual confere efeito irradiador sobre o comércio e serviços em geral no período. Entre 2000 e 2010 os dados do IBGE indicam um aprofundamento desse patamar, conforme se pode observar na tabela 1, na qual o setor de serviços aparece com mais de 67,64% da renda gerada na região, ante 66,57% em 2000. A indústria também ganha maior participação na renda gerada, enquanto o setor primário, que inclui as atividades agropecuárias e de maricultura, perdeu participação relativa.

PIB (2000) mil R\$	5.886.882	PIB (2010) mil R\$	20.679.583
VA indu	930.342	VA indu	3.535.411
VA indu/PIB	15,80%	VA indu/PIB	17,10%
VA serv	3.918.980	VA serv	13.987.600
VA serv/PIB	66,57%	VA serv/PIB	67,64%
VA agri	220.768	VA agri	452.583
VA agri/PIB	3,75%	VA agri/PIB	2,19%
Impostos líquidos	816.792	Impostos líquidos	2.703.989
I-S/PIB	13,87%	I-S/PIB	13,08%

Tabela 2 - Produto Interno Bruto – Grande Florianópolis, 2000 e 2010. Fonte: IBGE

Comparando-se o crescimento entre os setores no período pode-se perceber que, em termos reais, a agropecuária teve variação pífia no produto gerado, enquanto a indústria revela maior crescimento proporcional na década, sendo também o setor que mais ganha espaço na participação relativa.

Crescimento na Década	Preços correntes	Preços de 2000
PIB	251%	13%
VA indu	280%	95%
VA indu/PIB	8%	-
VA serv	257%	83%
VA serv/PIB	2%	-
VA agri	105%	5%
VA agri/PIB	-42%	-
Impostos líquidos	231%	70%
I-S/PIB	-6%	-

Tabela 3 – Crescimento do Produto Interno Bruto: Grande Florianópolis, 2000 e 2010. Fonte: IBGE

A região apresenta, contudo, grandes disparidades intra-regionais no que tange a renda. Considerando os dados do PIB municipal de 2010, os municípios de Florianópolis, São José e Palhoça são os que apresentam maior participação dos serviços na renda gerada, com 72,72%, 68,96% e 67,57%, respectivamente, sendo também as cidades que apresentam maior produto absoluto para os serviços e para a indústria. Antônio Carlos, São João Batista e Nova Trento têm maior participação relativa na produção industrial, com 50,74%, 41,32% e 40,65% do produto total gerado. Já em relação a agropecuária, Alfredo Wagner deriva desse setor 55,36% do produto

bruto, sendo também a maior produção em valores absolutos, com quase $\frac{1}{4}$ do total regional para o setor. Ainda Leoberto Leal, Angelina e Anitápolis são municípios de base agrícola, com 53,65%, 46,73 e 43,04% da renda, respectivamente.

Vale dizer, ainda, que há uma concentração crônica das atividades no eixo Biguaçu – Florianópolis – São José – Palhoça, sendo que os três municípios representaram 86,79% do produto total gerado na região em 2010. Em 2000 essa concentração era de 86,90%. Em verdade, a cidade de Florianópolis perdeu quase três pontos percentuais de participação no PIB regional, enquanto Palhoça ganhou três pontos e São José um ponto na década, já Biguaçu perdeu um ponto.

5.1 O setor terciário

O setor de comércio e serviços é o mais importante da mesorregião da Grande Florianópolis, representando 66,59% do PIB em 2000. Esta tendência confirmou-se em 2010, quando este setor representou 67,63% do produto da mesorregião, uma variação de 1,57%.

Na microrregião de Florianópolis houve ampliação de 1,1% na participação dos serviços no total do produto, enquanto na de Tijucas foi de 5,72% e 18,33% na microrregião do Tabuleiro. Este movimento pode ser explicado pela urbanização e pelo crescimento das cidades próximas à capital que tinham um caráter agrário e estão mudando seu perfil econômico.

A participação das maiores cidades da mesorregião (Florianópolis, Palhoça, São José e Biguaçu) caiu de 90,3% para 89,7% do total de produto no setor terciário, de forma que as cidades que mais ampliaram sua participação neste setor são as da microrregião de Tijucas. Ainda assim, embora tenha havido crescimento importante deste setor nas menores cidades da mesorregião, sobretudo na microrregião do Tabuleiro, manteve-se a concentração do comércio e serviços em Florianópolis (54,5% do total) e as cidades mais próximas.

É em Florianópolis e em seus arredores que se concentra a maior parcela do comércio e serviços na mesorregião. Além de capital de Santa Catarina, Florianópolis abriga também a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e Instituto Federal de Educação de Santa Catarina (IFSC). Somado ao Turismo, estes fatores explicam a concentração dos serviços e comércio nesta cidade.

5.1.1 TURISMO

A mesorregião da Grande Florianópolis tem um grande potencial turístico devido principalmente às suas praias, lagoas e belezas naturais. Esta região abriga desde o turismo de luxo no Norte e Leste da Ilha de Santa Catarina até o ecoturismo e o turismo cultural. O impacto deste setor na economia é evidente, desde a quantidade de hotéis, albergues e campings para abrigar os turistas até diferentes opções de alimentação e lazer (LINS, 2007). As atividades neste setor são sazonais, é durante o verão e datas festivas que a região recebe grande quantidade de turistas.

Ano	Número Aproximado de turistas (janeiro e fevereiro)	Gastos Turísticos aproximados U\$ mil (janeiro e fevereiro)
1986	199.500	35.600
1988	274.800	57.600
1990	302.700	138.700
1992	351.700	84.500
1994	356.900	164.800
1996	300.700	121.000
1998	358.500	136.100
2000	506.200	144.900
2002	370.600	84.600
2004	581.400	113.300
2006	588.700	167.900

Tabela 4 – Gastos dos turistas na região. Fonte: (Lins, 2007)

Os dados disponíveis não permitem afirmar com segurança a quantidade de renda que o Turismo gera na mesorregião e nem mesmo precisar sua mudança, mas parece claro que há crescimento nos últimos anos e uma tendência de consolidar Florianópolis como uma das cidades mais importantes de turismo no Brasil.

5.2 O setor secundário

Entre 2000 e 2010, o setor industrial ampliou sua participação no PIB de 15,81% para 17,13%, o que corresponde a uma variação de 8,31%. Ainda assim, está em um patamar distante da participação industrial no PIB de Santa Catarina, que é de 28,67%.

No setor industrial da região, o subsetor mais relevante é o da construção civil, que se beneficia do crescimento das cidades localizadas principalmente na microrregião litoral, que favorece a especulação imobiliária e eleva exponencialmente as possibilidades de lucro no setor.

O cadastro geral das indústrias disponibilizado pelo CIESC (Centro das Indústrias do Estado de Santa Catarina) mostra que as indústrias da região são dos ramos menos intensivos em capital, basicamente para atender as necessidades locais. São predominantes gráficas, estamparias e moveleiras. Nas cidades mais próximas à Florianópolis, é marcante também a presença de empresas de construção e engenharia.

Cabe destacar também a tentativa de instalar em Florianópolis um pólo tecnológico, com o intuito de criar um diferencial industrial na região, marcada, sobretudo, pelo serviço público, comércio e serviços.

Entre 2000 e 2010, na microrregião do Tabuleiro, a indústria perdeu 8,68% de participação no PIB, enquanto cresceu 2,56% na de Tijucas e 8,81% na de Florianópolis, onde o crescimento da Construção Civil foi superior.

Na microrregião de Tijucas, três cidades tem mais de 40% de sua renda vinculada a atividades industriais. Embora a produção não seja muito expressiva a nível estadual, na dinâmica da microrregião são atividades importantes. São elas: Tijucas (cerâmica), Nova Trento (vinhos) e São João Batista (sapatos).

5.2.1 INDÚSTRIA DE TECNOLOGIA

É antigo o sonho de tornar Florianópolis um polo tecnológico, como maneira de diversificar uma economia que atualmente depende basicamente de comércio e serviços. Nos últimos anos este debate voltou à tona com a criação, em 2009, do Parque Tecnológico ACATE em Santo Antônio de Lisboa.

Segundo o site da Prefeitura de Florianópolis, consolidou-se a Via da Inovação, formada por universidades e condomínios para empresas de tecnologia (como o Sapiens Parque). Em seguida, a Prefeitura afirmou que em 2010 foi criada a logomarca Capital da Inovação, na tentativa de fazer de Florianópolis uma referência em inovação tecnológica.

O cenário hoje, entretanto, é de falta de informações em relação ao impacto real deste setor na renda da cidade. Embora a Prefeitura, o Governo do Estado e empresários do setor tentem criar logomarcas e fazer propagandas, de concreto o fato é que, bem

como era em 2000, atualmente ainda é uma promessa Florianópolis se tornar uma referência neste setor.

5.2.2 CONSTRUÇÃO CIVIL

O setor da construção civil tem grande participação na geração do valor agregado da indústria na Grande Florianópolis, sendo esse último como visto anteriormente, o setor que mais cresceu na última década em relação aos demais setores na região.

Segundo dados do Sindicato da Indústria da Construção Civil da Grande Florianópolis, o número de “Habite-ses” (autorização para ocupação de determinado imóvel), emitidos pela Prefeitura de Florianópolis, não sofreu grandes alterações na quantidade de permissões na década, porém teve o maior resultado da série histórica em 2011, seguido, em 2012, do pior resultado dos últimos 20 anos. Os dados, contudo, apresentam um avanço contínuo na área construída liberada pelos mesmos “habite-ses”, indicando uma tendência à verticalização das construções.

Ano	Quantidade	Área
2000	523	564.227,24
2001	463	460.656,31
2002	494	694.382,83
2003	585	599.921,44
2004	541	636.401,03
2005	389	453.795,87
2006	411	649.442,94
2007	371	713.442,03
2008	445	709.246,78
2009	512	633.089,33
2010	505	600.867,45
2011	722	714.562,88
2012	282	493.387,40

Tabela 5 – HABITE-SES emitidos em Florianópolis de 2000 a 2010. Fonte: SINDUSCON - Grande Florianópolis.

As prefeituras também são responsáveis por emitirem as autorizações para início de construções. Embora a autorização não signifique necessariamente que o empreendimento será construído, pode revelar uma tendência no número de

lançamentos para os próximos anos, como também servir como termômetro do quão aquecida está a atividade na região. O que se percebe é um aumento no número de autorizações com pico em 2004, seguido de desaquecimento nos anos seguintes, voltando a melhorar a situação a partir e 2008, com novo pico em 2011. O último ano, 2012, foi o pior da série histórica.

Ano	Quantidade	Área
2000	819	583.996,41
2001	819	638.539,76
2002	1092	854.012,15
2003	1080	1.193.300,64
2004	1255	801.486,97
2005	906	655.668,45
2006	756	1.208.219,31
2007	772	471.118,34
2008	889	1.099.572,45
2009	862	944.144,93
2010	867	905.374,32
2011	1171	1.070.429,75
2012	435	708.698,21

Tabela 6 – Alvarás emitidos em Florianópolis de 2000 a 2010. Fonte: SINDUSCON – Grande Florianópolis.

A construção civil tem sido beneficiada pelo rápido crescimento de Florianópolis e as cidades mais próximas, o que torna a disputa pela terra e concessões de construção um dos temas mais debatidos na cidade, como a polêmica tentativa de implementação do Plano Diretor nos últimos anos. Um dos reflexos disto é a enorme quantidade de recursos que este setor mobilizou para as eleições para Prefeitos em 2012, sendo o ramo da economia com maior gastos. Apenas para candidatos às Prefeituras de Florianópolis, Palhoça, São José e Biguaçu as doações de campanha registradas pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) ultrapassam 1,2 milhões de reais feitas por empresas de construção. Vale ressaltar que este valor não inclui as doações a candidatos a vereador e que, pelas regras eleitorais vigentes no Brasil, mais da metade das doações registradas oficialmente não são possíveis de se rastrear porque há artifícios para ocultá-

las, a partir da doação para os diretórios nacionais dos partidos, que repassam a verba para os candidatos sem informar a origem.

6.3 O setor primário

6.3.1 PRODUÇÃO AGRÍCOLA

A maior parte da produção agrícola na região se destina a produção de alimentos, nos chamados hortifrutigranjeiros, ou seja, produtores de frutas e hortaliças. Algumas cidades, conforme já descrito, dependem massivamente da geração de renda local deste setor, tendo também a maior parte de suas populações residentes no meio rural, em especial os municípios da microrregião do Tabuleiro, responsáveis por atender a demanda de alimentos mais facilmente perecíveis da região metropolitana de Florianópolis. Segunda a EPAGRI (2011), entre os produtos comercializados na CEASA /SC, unidade de São José, as hortaliças (destaque para batata, repolho, cenoura, beterraba e cebola) participaram com 54,9% do volume comercializado e as frutas (destacando-se o tomate, laranja e maçã) com 42,6%. Entre os fornecedores, a participação catarinense no total das vendas foi de 34,5%, destacando-se os municípios de Anitápolis, Angelina, Alfredo Wagner, Antônio Carlos e Biguaçu, pertencentes à região da Grande Florianópolis, sendo que a região, em 2011, comercializou 83,7 mil toneladas, propiciando um volume financeiro de 79,8 milhões de reais nas operações comerciais.

Em relação à pecuária, ou seja, produção de carnes bovina, suína e de frango, principalmente, e de grãos, como Milho, Soja e Trigo, a região da Grande Florianópolis não apresenta produção significativa, importando de outras regiões a quase totalidade do que consome desses produtos, principalmente do Oeste Catarinense, região Serrana e de outros estados, ou mesmo de outros países, como no caso do Trigo.

6.3.2 MARICULTURA

A região da grande Florianópolis é responsável pela expressiva maioria da produção de ostras e mexilhões do Brasil. Palhoça é disparada a maior produtora de mexilhões do país, com 9700 toneladas produzidas em 2011, enquanto Florianópolis é a maior produtora de ostras, com 1700 toneladas do molusco no mesmo ano. Ambas as

atividades representam, em geral, fontes de renda alternativas aos moradores das encostas. A maricultura é desenvolvida na região por mais de 500 produtores, responsáveis por aproximadamente 1.600 empregos diretos (KROTH, 2010).

Ambas as culturas registraram instabilidade na produção na última década, porém a produção média dos anos 2000 a 2010 é consideravelmente maior que a média da década anterior. No caso dos mexilhões houve um pico de produção em 2000, uma queda nos anos seguintes e recuperação com recorde de produção em 2006, seguido de queda e recuperação com novo recorde em 2011. Já a produção de ostras teve um pico máximo da produção em 2006, com três mil toneladas, quando boatos de que o molusco teria levado a morte de uma pessoa, reduziu a safra a quase 1/3 do ano anterior. A tendência dos anos seguintes foi de recuperação da produção, à medida que surgiram esforços em desmentir o boato. Em 2011 a produção foi de 2,2 mil toneladas.

No início de 2013 a maricultura na grande Florianópolis chegou a ser embargada, devido a um vazamento de óleo de um depósito da CELESC (Centrais Elétricas de Santa Catarina). A situação foi regularizada a partir de estudos que comprovaram a não necessidade do embargo total, mas ainda não se pode saber o quanto pode abater a produção desta safra.

7. ASPECTOS SOCIAIS

A sociedade atual apresenta diversas problemáticas que demandam análises da realidade bem fundamentadas para suas superações. Conforme Iamamoto (2004, p. 17),

[...] a questão social diz respeito ao conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado [...] e expressa, portanto, disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais. (Iamamoto, 2004, p. 17).

Procurando responder a essas questões, será realizada aqui uma tentativa de síntese de como a questão social se expressa na mesorregião da Grande Florianópolis, a partir de dados coletados referentes aos indicadores sociais e suas interpretações.

Município	2000	Posição 2000	Microrregião
Florianópolis	0,875	1	Florianópolis
São José	0,849	10	Florianópolis
Santo Amaro da Imperatriz	0,843	18	Florianópolis
Tijucas	0,835	26	Tijucas
Antônio Carlos	0,827	37	Florianópolis
São João Batista	0,819	56	Tijucas
Biguaçu	0,818	60	Florianópolis
Palhoça	0,816	67	Florianópolis
Nova Trento	0,815	69	Tijucas
Major Gercino	0,799	128	Tijucas
Canelinha	0,795	144	Tijucas
São Pedro de Alcântara	0,795	145	Florianópolis
Governador Celso Ramos	0,79	171	Florianópolis
São Bonifácio	0,785	181	Tabuleiro
Águas Mornas	0,783	189	Tabuleiro
Alfredo Wagner	0,778	195	Tabuleiro
Rancho Queimado	0,773	205	Tabuleiro
Anitápolis	0,773	206	Tabuleiro
Angelina	0,766	227	Tijucas
Paulo Lopes	0,759	236	Florianópolis
Leoberto Leal	0,748	255	Tijucas

Tabela 7 - IDH dos municípios da Grande Florianópolis em 2000. Fonte: IBGE.

A tabela acima demonstra a desigualdade regional existente na própria mesorregião: dos cinco municípios com melhor IDH 2000, quatro se encontram na microrregião de Florianópolis. Dos nove municípios da região que tem IDH 2000 superior a 0,8, sete se encontram na mesma microrregião. A contradição deste elevado nível de desenvolvimento em Florianópolis é a microrregião do Tabuleiro, sendo que seus cinco municípios estão entre os dez piores da Grande Florianópolis.

Dentro da mesma mesorregião estão o 1º IDH de Santa Catarina (e 4º do país) e 255º IDH, o que demonstra que há locais da mesorregião que tem tido seu desenvolvimento muito lento em comparação com outros municípios do estado.

A apresentação do panorama social da mesorregião da Grande Florianópolis será feita em três subitens: 1) Renda; 2) Educação; 3) Habitação e saneamento.

1. Renda

Há um fato curioso quanto ao rendimento da população: o rendimento em termos nominais melhora substantivamente em todas as microrregiões da Grande Florianópolis, como indicam as tabelas 8 e 9, seguindo o movimento do Brasil e de Santa Catarina.

2000		2010	
Escala	Rendimento médio	Escala	Rendimento médio
Brasil	686,4	Brasil	1327,91
Santa Catarina	719,57	Santa Catarina	1478,4
Grande Florianópolis	938,54	Grande Florianópolis	1863,72
Tijucas	637,21	Tijucas	1185,59
Florianópolis	979,25	Florianópolis	1962,05
Tabuleiro	521,03	Tabuleiro	919,72

Tabela 8 e 9 - Rendimento médio de 2000 e 2010, em valores correntes. Fonte:

Observamos, no entanto, que, uma vez que o rendimento nominal é medido em salários mínimos, a situação piora também em todas as microrregiões acompanhando novamente o movimento ocorrido em âmbito nacional e estadual.

Escala	Total	menos que 1/4	1/4 a 1/2	a	1/2 a 1	1 a 2	2 a 3	3 a 5	5 a 10	Mais de 10	Sem rendimento
Brasil	100	0,95	2,24		14,73	14,04	7,17	7,44	6,7	4,51	42,22
Santa Catarina	100	0,46	1,51		11,54	16,66	10,25	10,4	8,33	4,86	35,93
Grande Florianópolis	100	0,31	0,85		8,11	13,78	10,49	11,7	11,44	8,68	34,63
Tijucas	100	0,3	1,21		13,81	19,03	11,1	9,67	6,53	2,71	35,64
Florianópolis	100	0,29	0,79		7,23	13,15	10,5	12	12,14	9,49	34,38
Tabuleiro	100	0,78	1,59		18,05	17,36	8,28	7,96	4,72	1,96	39,28

Tabela 10: Percentual do rendimento nominal mensal em 2000, em termos de salários mínimos. Fonte: IBGE.

Escola	Total	Menos que 1/4	1/4 a 1/2	1/2 a 1	1 a 2	2 a 3	3 a 5	5 a 10	Mais de 10	Sem rendimento
Brasil	100	4,76	3,76	19,26	20,33	7,02	5,68	4,1	2,28	32,78
Santa Catarina	100	1,75	2,01	14,35	28,95	11,83	8,99	5,5	2,43	24,2
Grande Florianópolis	100	1,18	1,31	10,95	26,79	12,33	10,65	8,1	4,73	23,91
Tijucas	100	1,51	1,62	15,11	32,54	12,55	8,09	3,5	1,01	24,04
Florianópolis	100	1,1	1,16	10,17	26,18	12,43	11,05	8,8	5,22	23,93
Tabuleiro	100	2,96	5,47	24,12	27,59	7,79	5,71	3	0,7	22,72

Tabela 11: Percentual do rendimento nominal mensal em 2010, em termos de salários mínimos. Fonte: IBGE

As tabelas 10 e 11 mostram como está distribuído, em termos de salários mínimos, o rendimento nacional em cada microrregião. Está em negrito a classe na qual se encontra a mediana desta distribuição. No caso da Grande Florianópolis, esta mediana cai de um valor próximo a cinco salários mínimos para um valor próximo, embora menor, de três salários mínimos. Na microrregião de Tijucas cai de um valor próximo a cinco salários mínimos, embora menor, para um valor próximo a dois salários mínimos. Na microrregião de Florianópolis cai de um valor próximo a cinco salários mínimos, porém maior, para um valor próximo a dois salários mínimos, embora maior. Na microrregião do Tabuleiro cai de um valor próximo a três salários mínimos, embora maior, para um valor entre um e dois salários mínimos.

Esses movimentos, em relação aos salários mínimos, ocorrem em um período em que o salário mínimo foi ajustado anualmente numa taxa correspondente à soma das taxas de crescimento do PIB e inflacionária, pretendendo distribuir renda. O que observamos com estes dados é que o crescimento não foi igualitário e nem todas as faixas de renda de trabalhadores conseguiram se beneficiar igualmente do crescimento econômico, fazendo com que seus salários caíssem em relação ao salário mínimo. Em outras palavras, o crescimento do salário mínimo se deu à custa dos trabalhadores que ganhavam entre cinco e dez salários mínimos (que em 2000 eram R\$755,00 e R\$1510,00 reais, respectivamente), constituindo-se como um processo de crescente proletarização.

Acerca ainda destes dados, pode-se observar, uma vez mais, a concentração regional na microrregião e supor que o município de Florianópolis, possui os salários mais elevados da região, assim como a renda média mais elevada. Ambos mais elevados que o estado de Santa Catarina e mesmo a própria mesorregião, o que ajuda a ocultar realidades mais severas como a da microrregião do Tabuleiro, quando observada somente em escala mesorregional.

A tabela 12 apresenta o número de Bolsas Família concedidas em cada município da mesorregião.

Grande Florianópolis	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	Variação
Águas Mornas	132	159	145	131	117	82	76	70	-88,57%
Alfredo Wagner	237	338	311	308	255	332	272	383	38,12%
Angelina	139	217	271	258	193	225	183	163	14,72%
Anitápolis	119	147	205	201	143	179	139	152	21,71%
Antônio Carlos	79	106	102	89	89	105	89	96	17,71%
Biguaçu	855	1029	1020	1025	893	1749	1680	1561	45,23%
Canelinha	95	199	255	342	335	567	511	707	86,56%
Florianópolis	4806	5242	5167	4680	3916	7054	5610	4732	-1,56%
Governador Celso Ramos	281	310	299	297	251	295	252	237	-18,57%
Leoberto Leal	102	138	163	150	153	188	181	170	40,00%
Major Gercino	115	136	180	142	130	127	152	168	31,55%
Nova Trento	173	185	143	140	146	161	186	174	0,57%
Palhoça	1723	2277	2151	2154	1660	3243	2680	2401	28,24%
Paulo Lopes	123	209	229	241	195	301	293	288	57,29%

Rancho Queimado	74	104	98	84	54	62	64	50	-48,00%
Santo Amaro da Imperatriz	270	399	379	314	284	346	281	267	-1,12%
São Bonifácio	131	136	122	118	53	104	122	125	-4,80%
São João Batista	191	309	363	335	276	493	475	515	62,91%
São José	1658	2711	2453	2194	1821	2557	2516	2301	27,94%
São Pedro de Alcântara	32	34	46	50	51	56	58	56	42,86%
Tijucas	494	517	538	533	420	496	544	563	12,26%
Grande Florianópolis	12207	15405	15124	14290	11862	19306	16961	15767	22,58%

Tabela 12: Bolsas Família concedidas. Fonte: IPEA. Elaboração própria.

Na última coluna podemos observar que salvo 6 municípios, todos tiveram crescimento de bolsas família concedidas desde que o programa teve início, em 2004, registrando um aumento de 22,58% em toda mesorregião. Para que receba o Bolsa Família, as famílias devem apresentar carência sócio-econômica e, portanto, a necessidade do benefício representa a existência, mais ou menos, expressiva de famílias socialmente vulneráveis na região.

Os municípios em que houve a maior redução do número de Bolsas foram Águas Mornas e Rancho Queimado, ambos pertencentes à microrregião do Tabuleiro. Já os municípios que apresentaram maior crescimento do número de Bolsas foram Canelinha, São João Batista, Paulo Lopes, Biguaçu e São Pedro de Alcântara, pertencentes às microrregiões de Tijucas (duas primeiras cidades) e Florianópolis (três últimas). Estas cidades tiveram aumento de pelo menos 40% no número de Bolsas família concedidas.

2. Educação

Apesar de haver melhorado, timidamente, a educação também nos faz perceber a concentração regional existente no interior da mesorregião.

O primeiro indicador a ser analisado é a taxa de analfabetismo, ou a taxa de alfabetização. Segundo dados dos Censo 2000 e 2010 a mesorregião passou de uma taxa de 95,17% de alfabetização (ou 4,83% de analfabetismo) em 2000 para uma taxa de 96,9% de alfabetização (ou 3,1% analfabetismo). Uma vez mais, encontramos o pior indicador no interior da mesorregião na microrregião do Tabuleiro, seguido de Tijucas.

2000		2010	
Escala	Taxa de Alfabetização	Escala	Taxa de Alfabetização
Brasil	87,18	Brasil	91
Santa Catarina	94,28	Santa Catarina	96,1
Grande Florianópolis	95,17	Grande Florianópolis	96,9
Tijucas	92,37	Tijucas	94,8
Florianópolis	95,61	Florianópolis	97,2
Tabuleiro	89,91	Tabuleiro	92,9

Tabela 13: Taxa de Alfabetização 2000. Fonte: IBGE.

Quando analisa-se o nível de instrução da população, a microrregião do Tabuleiro apresenta os piores índices, com preocupantes 71% da população acima dos 25 anos de idade sem instrução ou com o ensino fundamental incompleto. A microrregião de Florianópolis apresenta um índice inferior à situação nacional ou mesmo estadual, com 30,48%.

O inverso acontece com a população que possui ensino superior completo. Enquanto em Florianópolis 21,44% da população de mais de 25 anos de idade tem ensino superior completo, tanto na região do Tabuleiro quanto na região de Tijucas este valor é inferior a 6%.

25 anos ou mais de idade (percentual)						
Escala	Total	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Não determinado
Brasil	100	49,17	14,65	24,61	11,29	0,27
Santa Catarina	100	46,18	16,57	24,53	12,55	0,17
Grande Florianópolis	100	33,92	15,26	30,97	19,71	0,15
Tijucas	100	58,46	15,73	19,8	5,96	0,05
Florianópolis	100	30,48	15,31	32,61	21,44	0,16
Tabuleiro	100	71,46	11,54	11,18	5,82	-

Tabela 14 – Nível de instrução em 2010. Fonte: Elaboração própria – IBGE.

Ao confrontar as tabelas 14 e 15 percebe-se que o problema dos níveis educacionais mais elevados em Florianópolis se agravou. Enquanto na região de Florianópolis houve aumento de aproximadamente 8% da população com ensino superior completo, nas demais regiões o aumento foi inferior a 4%.

25 anos ou mais de idade (percentual)						
Escala	Total	Sem instrução e fundamental incompleto	Fundamental completo e médio incompleto	Médio completo e superior incompleto	Superior completo	Não determinado
Brasil	100	63,23	12,84	16,34	6,77	-
Santa Catarina	100	62,53	15,19	15,36	6,12	-
Grande Florianópolis	100	48,64	15,97	22,9	12,19	-
Tijucas	100	72,69	10,94	12,5	3,54	-
Florianópolis	100	45,09	16,73	24,47	13,41	-
Tabuleiro	100	83,75	8	6,69	1,24	-

Tabela 15 –Nível de instrução em 2000. Fonte: Elaboração própria – IBGE.

Associado a este fato, deve estar o apontamento referente à existência de grandes universidades e centros de ensino localizados em Florianópolis (Universidade Federal de Santa Catarina, Universidade do Estado de Santa Catarina e Instituto Federal de Santa Catarina). Para uma cidade com 420 mil habitantes, contar com uma comunidade universitária de mais de 40 mil pessoas tem um significado econômico e social relevante para a cidade. Além disso, a amplitude do setor público que exige nível superior de seus técnicos eleva a taxa de pessoas com este nível de instrução.

Novamente, a análise em nível mesorregional se mostra insuficiente, dada a grande disparidade interna da região que coloca a mesorregião de Florianópolis com índices melhores do que o estado de Santa Catarina e do que o Brasil mascarando a realidade das microrregiões tanto de Tijucas quanto do Tabuleiro, nas quais os indicadores são piores que os indicadores nacionais e estaduais.

3. Habitação e Saneamento Básico

A situação da habitação em Santa Catarina é, em dados, melhor que no resto Brasil e a situação da Grande Florianópolis, também, como em outros aspectos, se configura melhor do que o resto do estado. No entanto, novamente, há microrregiões

com a situação muito pior na Grande Florianópolis, do que a situação nacional. Este é o aspecto que se apresenta ao analisarmos a situação dos domicílios e do saneamento básico.

Na microrregião do Tabuleiro existe uma região delicadíssima acerca da habitação. Em 2010 o número de domicílios considerados adequados era de somente 21,21%.

O IBGE classifica como adequadas as residências que não possuam carência de nenhuma das três condições de adequação, a seguir: i) abastecimento de água por rede geral; ii) até dois moradores por dormitório; iii) coleta de lixo direta ou indireta; e iv) esgotamento sanitário por rede coletora ou fossa séptica (IBGE, 2012). Os domicílios que não cumprem com um destes requisitos são considerados semi-adequados e os que não cumprem com todos são considerados inadequados.

2000				
Escala	Total	Adequada	Semi-adequada	Inadequada
Brasil	100	43,91	50,96	5,13
Santa Catarina	100	53,48	44,54	1,98
Grande Florianópolis - SC	100	67,14	32,06	0,8
Tijucas - SC	100	43,6	53,24	3,16
Florianópolis - SC	100	71,03	28,62	0,35
Tabuleiro - SC	100	12,79	79,18	8,03

Tabela 16: Situação dos domicílios 2000. Fonte: IBGE.

2010				
Escala	Total	Adequada	Semi-adequada	Inadequada
Brasil	100	52,46	45,45	2,09
Santa Catarina	100	61,52	38,06	0,42
Grande Florianópolis - SC	100	73,98	25,97	0,05
Tijucas - SC	100	57,2	42,46	0,34
Florianópolis - SC	100	76,99	23	0,01
Tabuleiro - SC	100	21,21	78,15	0,65

Tabela 17: Situação dos domicílios 2010. Fonte: IBGE.

Deste modo, o panorama apresenta-se como muito preocupante na microrregião do Tabuleiro, onde 78,15% das casas são consideradas semi-adequadas, e, portanto não cumprem pelo menos um dos critérios citados anteriormente.

Ao buscar-se a causa desta inadequação depara-se com os dados de saneamento, nos quais se verifica que na região do Tabuleiro mais de 39% dos domicílios não tinham fossa séptica ou tinham esgoto ligado à rede geral em 2010. Este número é de mais de 25% para a reunião de Tijucas e de 11,25% para Florianópolis.

No entanto, os números mais impressionantes são os relativos à forma de recebimento de água. Enquanto na microrregião de Florianópolis, quase 90% dos domicílios tem água ligada a rede geral de abastecimento, no Tabuleiro este valor não chega aos 25% de modo que $\frac{3}{4}$ da população deve encontrar outro jeito para ter acesso à água. Em Tijucas quase 65% dos domicílios tem água ligada à rede geral.

Com base em todos estes indicadores sociais, é possível inferir que a mesorregião da Grande Florianópolis apresenta diversas contradições internas. A propaganda em torno de Florianópolis como uma cidade com qualidade de vida é facilmente identificada como fruto da especulação imobiliária decorrente, que pretende torná-la um local altamente valorizado, enquanto a população mais pobre é empurrada a viver nos municípios vizinhos, onde, por consequência, apresentam melhorias em alguns aspectos sociais (como saneamento, em relação a 2000), mas continuam demonstrando uma desigualdade regional gritante.

Isto se evidencia quando analisa-se a diferença entre os índices sociais da microrregião de Florianópolis em contraste com Tijucas e Tabuleiro, tendo esta última apresentado maior esvaziamento populacional da mesorregião, também decorrente do alto índice de pobreza.

Quanto à constituição da pobreza no espaço urbano, Menegat (2008, p.278) afirma que

esse corpo social, espacialmente definido no interior da cidade, é predominantemente formado pelos excluídos, parcial ou totalmente, não apenas das fontes de emprego e renda, mas também das formas legais de acesso à propriedade do solo e do acesso pleno e universal às redes de serviços públicos considerados imprescindíveis à reprodução da vida nas cidades tais como: transporte, saúde, educação, água, saneamento, pavimentação, iluminação e lazer.

Por fim, segundo Corrêa (2003, p.55), “a organização espacial é expressão da produção material do homem”. Isso significa que as relações sociais que se criam e se desenvolvem historicamente determinam a configuração do espaço. O estado de Santa Catarina e sua configuração espacial apresentam diversas contradições decorrentes de desigualdades no campo econômico que se expressam também no campo social. Por esta razão, estes fatores não devem ser analisados separadamente.

Neste contexto, a relação entre a produção econômica de cada região e seus indicadores sociais é evidenciada a partir dos dados trazidos. Demonstra-se, assim, a necessidade de se pensar em políticas econômicas, políticas sociais e políticas urbanas de forma conjunta, para que não sejam criadas enormes disparidades regionais, como ocorre em nível estadual e nacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para tratar das mudanças no panorama da mesorregião da Grande Florianópolis nos período entre 2000 e 2010, e dos contrastes intra-regionais, a análise desse trabalho se centrou em um tripé, englobando as situações econômicas, sociais e demográficas da região. Nesse sentido, a guisa de conclusão, nos parece necessário destacar as principais perspectivas para a Grande Florianópolis que o desenvolvido até aqui nos faz apontar.

Em termos econômicos, o perfil da região tende a se manter o mesmo nos próximos anos, qual seja altamente concentrado em serviços. A situação de Florianópolis enquanto capital do estado, concentradora de grande parte dos serviços públicos de administração, ensino, saúde, dentre outros, e a grande densidade populacional, sobretudo no eixo metropolitano Florianópolis-São José-Palhoça-Biguaçu, ademais de Florianópolis enquanto importante destino turístico na região Sul do Brasil, são fatores estruturais à economia da região, e que continuarão atuando, desta maneira, na manutenção da participação relativa do setor de serviços no produto bruto.

Em relação à indústria devemos ter continuidade de um aumento maior que os demais setores na participação relativa em relação ao produto, muito em função da especulação imobiliária que, além de aquecer o setor acaba inflacionando os preços dos imóveis mais que os demais preços da Economia regional, beneficiando assim o setor da construção civil. Contudo, como não existe nenhum grande investimento industrial previsto para os próximos anos, o perfil da indústria local deve se manter o mesmo (sobretudo de pequenas unidades fabris). Avanços em setores chaves como o da

chamada indústria de tecnologia podem existir, principalmente em função do polo tecnológico de Florianópolis, no entanto, esses avanços não serão fáceis já que as situações de competitividade e desenvolvimento do setor não possuem perspectiva de mudança, num nicho de empresas que dependem fortemente de incentivos governamentais para operarem, permanecendo como uma “promessa” para a região.

Quanto ao setor primário, na maricultura, ainda que o impacto do desastre ambiental de 2013 tenha sido grande para os produtores, deve haver uma melhora na demanda por mariscos e ostras ao passo que se avança na regulamentação do setor, possibilitando a ampliação das áreas de cultivo, e também no controle sanitário que possibilite reduzir incidência de doenças e ampliar os mercados para essa produção. Já em relação aos hortifrutigranjeiros, a concorrência de produtos produzidos em maior escala e com menores custos em outras regiões do país tende a ser um fator desencorajador à atividade, cuja tendência, portanto, é de estancamento. Ao que tudo indica, o setor deve perder participação relativa nos próximos anos, tal como ocorreu na última década.

Quanto à demografia, as principais perspectivas são de certa forma alarmante: inchaço populacional do eixo metropolitano Florianópolis-São José-Palhoça-Biguaçu, e aumento das disparidades intra-regionais.

O processo de litoralização da população catarinense, que tem na microrregião de Florianópolis sua principal receptora de migrantes, tende a contribuir fortemente para o crescimento demográfico da região. É de se destacar ainda quanto a isto, a situação dos municípios vizinhos da capital, principalmente Palhoça e Biguaçu, como eixos de expansão da região metropolitana.

No entanto, ao lado do forte crescimento demográfico da microrregião de Florianópolis estão a estagnação da microrregião do Tabuleiro e a de alguns municípios da microrregião de Tijucas, notadamente Angelina, Leoberto Leal e Major Gercino. As disparidades intra-regionais, já altas, parecem tender a aumentar nos próximos anos, caso nenhuma política pública efetiva seja adotada, de maneira que os municípios mais próximos a Florianópolis tendem a registrar altas taxas de crescimento populacional, em detrimento a estagnação e em alguns casos perda populacional dos municípios mais distantes, próximos geograficamente à mesorregião Serrana.

O crescimento populacional drástico da microrregião de Florianópolis, assim como a estagnação dos municípios do interior da Grande Florianópolis, tendem a trazer consequências sociais graves à região. No primeiro caso, exemplo de urbanização

descontrola, aparecem como problemas, sobretudo a periferização, invasão de áreas impróprias para construção civil, aumento da violência, carência social, dentre outros. No segundo, caso típico de estagnação econômica do campo e êxodo rural, surgem como tendências problemáticas o envelhecimento relativo da população, a perda de importância e a estagnação das atividades agrícolas, principal fonte de renda desses municípios.

A perspectiva de aumento das desigualdades intra-regionais, graves por si só, são maiores ainda ao se constatar o panorama social atual da mesorregião. Em todas as estatísticas, demográficas, econômicas, e sociais, a microrregião do Tabuleiro é a em pior situação dentre as três da Grande Florianópolis. Em alguns casos, os dados a deixam atrás inclusive de médias estaduais e nacionais.

Num contexto de esvaziamento demográfico das regiões do interior, e de forte aumento da concentração populacional nos municípios da microrregião de Florianópolis, se faz urgente a existência de políticas públicas governamentais de maneira a barrar o agravamento das desigualdades intra-regionais que parece estar em curso.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE EMPRESAS DE TECNOLOGIA. Disponível em: <<http://www.acate.com.br/>>. Acesso em: Dezembro de 2012.

CIESC. **Guia da Indústria de Santa Catarina**. Disponível em: <<http://www.cadastrindustriais.com.br/>>. Acesso em: Dezembro de 2012.

CORRÊA, Roberto Lobato. **Região e organização espacial**. 7ª ed. São Paulo: Ática, 2003.

EPAGRI/CEDAP. **Síntese Informativa da Maricultura 2011**. Florianópolis, 2012.

EPAGRI/CEPA. **Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina 2011-2012**. Florianópolis, 2012.

GOULART FILHO, A. **Formação econômica de Santa Catarina**. 2 ed. Red. Florianópolis, Editora da UFSC, 2007. 473 p.

GRANDE FLORIANÓPOLIS. In: WIKIPÉDIA. Disponível em: <http://pt.wikipedia.org/wiki/Mesorregi%C3%A3o_da_Grande_Florian%C3%B3polis>. Acesso em: Dezembro de 2012.

IAMAMOTO, M. V. **A Questão Social no capitalismo**. In: Temporalis. N°3. Brasília: ABEPSS, 2004, p.9-32.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/glossario.php>>. Acesso em: Dezembro de 2012.

IPARDES-UNICAMP/IE/NESUR. **Caracterização e tendências da rede urbana do Brasil: redes urbanas regionais**: Sul. Brasília: IPEA, 2000. v. 6.

KROTH; RODRIGUES; FRASSON. Análise econômica da produção de ostras na Região da Grande Florianópolis, SC. **Revista Agropecuária Catarinense**. v 23. n 2. Jul 2010.

LINS, Hoyêdo Nunes. Interações, aprendizagem e desenvolvimento: ensaio sobre o turismo em Florianópolis. **Turismo: Visão e Ação**, vol. 9, n. 1 p. 107-120 jan. /abr. 2007.

MENEGAT, Elizete. Questão social e crise urbana na atualidade: Um roteiro a partir da concentração espacial dos pobres em assentamentos ilegais. In: GOMES, M.F., FERNANDES, L. L., MAIA, R. **Interlocações urbanas**: cenários, enredos e atores. Rio de Janeiro: Arco-Íris, 2008, p. 265-279.

MIOTO, B. T. **Integração econômica e rede urbana em Santa Catarina**: transformações no período da desconcentração produtiva regional (1970-2005). 2011. 139 p. Dissertação de Mestrado em Desenvolvimento Econômico. Unicamp, Campinas.

MIOTO, B.T. **Movimentos migratórios em Santa Catarina no limiar do século XXI**. 2008. 85 p. Monografia de Graduação em Ciências Econômicas. UFSC, Florianópolis.

MIOTO, B. T. Aspectos gerais da demografia catarinense na primeira década do século XXI. **Revista NECAT**, Ano 1, n. 1, 2012. Disponível em: <<http://necat.ufsc.br/files/2013/01/Revista-NECAT-Ed1.pdf>>. Acesso em: Fevereiro 2013.

MIOTO, B. T; LINS, H. N.; MATTEI, L. A realidade demográfica de Santa Catarina na virada para o século XXI. In: MATTEI, L; LINS, H. N. (Orgs.). **A socioeconomia catarinense**: cenários e perspectivas no início do século XXI: Editora Argos, 2010, p. 283-321.

PREFEITURA MUNICIPAL DE FLORIANÓPOLIS. Disponível em: <www.pmf.sc.gov.br> Acesso em: Dezembro de 2012.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Disponível em: <<http://www.tse.jus.br/>>. Acesso em: Dezembro de 2012.